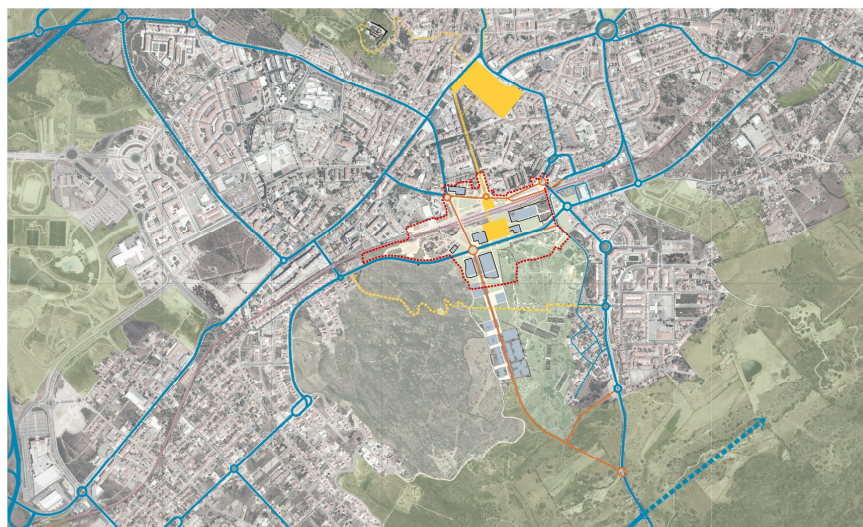




CÂMARA MUNICIPAL DE
CASTELO BRANCO

PLANO DE PORMENOR DA ZONA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CASTELO BRANCO



Avaliação Ambiental Estratégica

VOLUME II

RESUMO NÃO TÉCNICO

SETEMBRO. 2012

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	2
2. ENQUADRAMENTO GERAL	3
3. DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO	5
3.1 LOCALIZAÇÃO E MODELO TERRITORIAL	5
3.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS	10
3.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.....	11
3.4 FACTORES RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE.....	13
4. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA. DIAGNÓSTICO.....	17
5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL. EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE.....	26
5.1 QUALIDADE AMBIENTAL.....	26
5.2 ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA.....	27
5.3 COESÃO-SÓCIO TERRITORIAL	30
5.4 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA.....	33
6. OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO PLANO.....	37
7. MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DE BASE ESTRATÉGICA	41
8. CONCLUSÕES	43

1. INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao Resumo Não Técnico associado ao RELATÓRIO AMBIENTAL relativo ao Plano de Pormenor da Zona Envolverte à Estação Ferroviária de Castelo Branco, adiante designado por PPZEEFCB, no âmbito da respectiva abordagem em Avaliação Ambiental Estratégica, em consonância com o cumprimento do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho. O presente Plano de Pormenor localiza-se na freguesia e concelho de Castelo Branco.

È, pois, neste âmbito que surge o presente Relatório, procurando informar e suportar em matéria de Ambiente as opções tomadas a nível de ocupação do território a intervencionar por via do referido PPZEEFCB, em termos estratégicos.

O Relatório Ambiental do PPZEEFCB, que se apresenta é composto por duas partes, da seguinte forma:

RELATÓRIO AMBIENTAL

PARTE 1 - RELATÓRIO

PARTE 2 - RESUMO NÃO TÉCNICO

Em termos de conteúdo o presente documento procura dar resposta, em conformidade com as, entretanto estabelecidas, alterações fundamentais ao próprio Plano de Pormenor, suscitadas em reunião de avaliação/apreciação da CCDR Centro, ocorrida em Dezembro de 2016, ou seja, cerca de 4 anos após a elaboração do PP e respectivos documento técnicos associados, nos quais se inclui o correspondente Relatório Ambiental.

2. ENQUADRAMENTO GERAL

Consistindo num Instrumento de Gestão Territorial (IGT), por pressupor a gestão e revitalização territorial, bem como a transformação de usos do solo e uma proposta de Modelo Territorial, o Plano de Pormenor da Zona Envolverte à Estação Ferroviária de Castelo Branco, encontra-se, portanto, sujeito à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), segundo legislação em vigor sobre o assunto.

Tratando-se da efectivação de um Plano de Pormenor, consolidado em plena malha urbana, o âmbito e alcance da avaliação ambiental em questão reporta-se ainda ao disposto no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, que veio reforçar a necessidade de contemplar as questões ambientais relevantes nas opções tomadas ao nível dos Planos de Ordenamento do Território, impondo o desenvolvimento de um Relatório Ambiental que suporte tais opções e garanta a conformidade dos Planos em matéria de ambiente.

Por outro lado, afigura-se o enquadramento regulamentar no âmbito do presente documento, a aferição dos efeitos significativos no ambiente de referência por aplicação territorial e funcional do Plano de Pormenor, segundo os disposto nos já referidos nºs 5, 6 e 7 do artigo 74º do Decreto-lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 46/2009, de 20 de Fevereiro.

O presente PP incluiu-se em termos de Modelo Territorial, no Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco, aprovado em Assembleia Geral em 24 de Maio de 1990, cujo Regulamento foi publicado e ratificado em Diário da República nº 73, 2ª Série de 28 de Março de 1991. O Plano Estratégico da Cidade de Castelo Branco (Castelo Branco 2020 – Relatório Final), induz prioridade em intervenções mobilizadoras de um processo de regeneração da cidade, no sentido da recuperação da sua funcionalidade, da imagem e do

ambiente urbano, contexto que se conformaliza com as principais questões estratégicas e oportunidades, do presente PP.

O desenvolvimento do PP decorre das intervenções estratégicas em ordenamento do território adoptadas pelo município consubstanciado num Estudo Urbanístico para a zona definida. Neste âmbito, o município fez publicar a decisão de elaboração do presente PP e os respectivos Termos de Referência, através do Aviso nº 26486/2008 em Diário da República nº 215, 2ª Série, de 5 de Novembro.

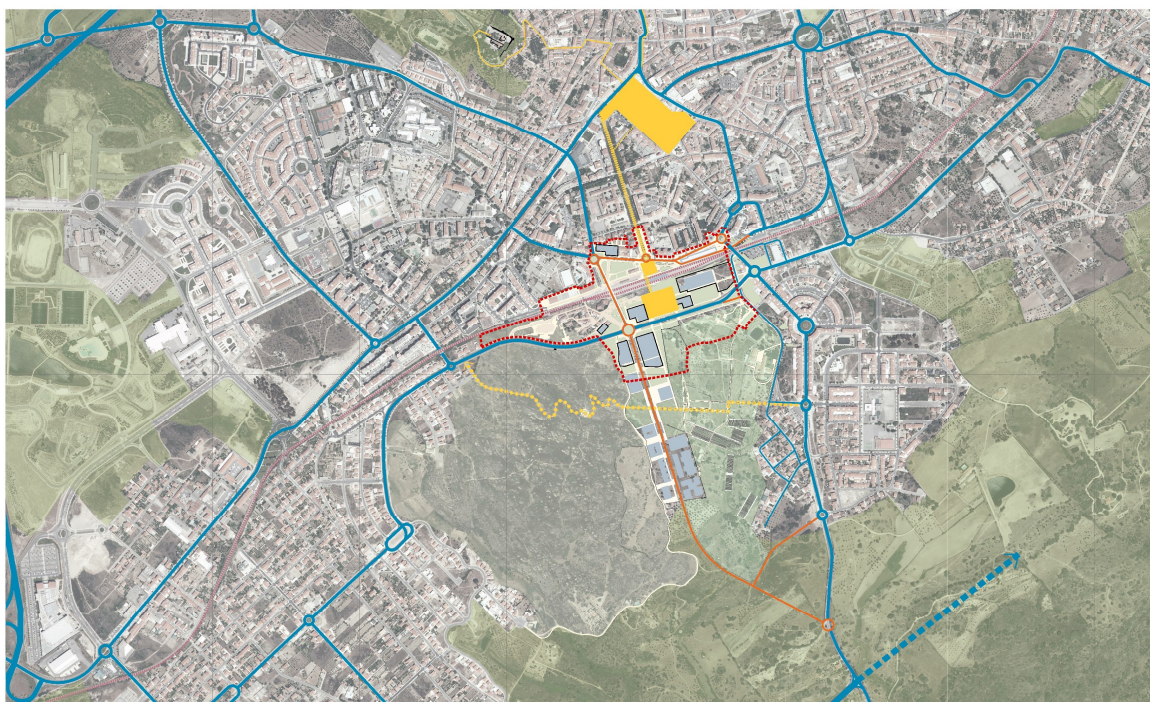
Os Termos de Referência constituem um instrumento técnico válido nas orientações estratégicas e programáticas de base à elaboração do PP. O PP em causa, pressupõe nas suas linhas programáticas de intervenção, uma forma de garantir um misto de usos que suportem as funções de espaço público, fundamentado na transformação de um facto urbano efectivo e por um renovado desenho urbano, susceptível de novas acessibilidades, mobilidades e polaridades funcionais e uso do solo. A nível programático para além dos usos associados à função descentralizadora, o Plano compreende uma ferramenta de gestão do território, em coesão-territorial forte com a envolvente urbana (bairros) e ambiental (áreas verdes, Barrocal), objectivando-se encontrar um lugar não concorrencial com a envolvente imediata, mas acessível e integrada.

O conjunto dos principais planos e programas com incidência na área em análise, aqueles cujas linhas estratégicas mais directamente influem a programação dos objectivos, zonamento, usos e funcionalidades e desenho urbano do PPZEEFCB, constituem o Quadro Estratégico de Referência, cujo conteúdo deverá ser compatibilizado em todas as acções que se vierem a definir no PPZEEFCB.

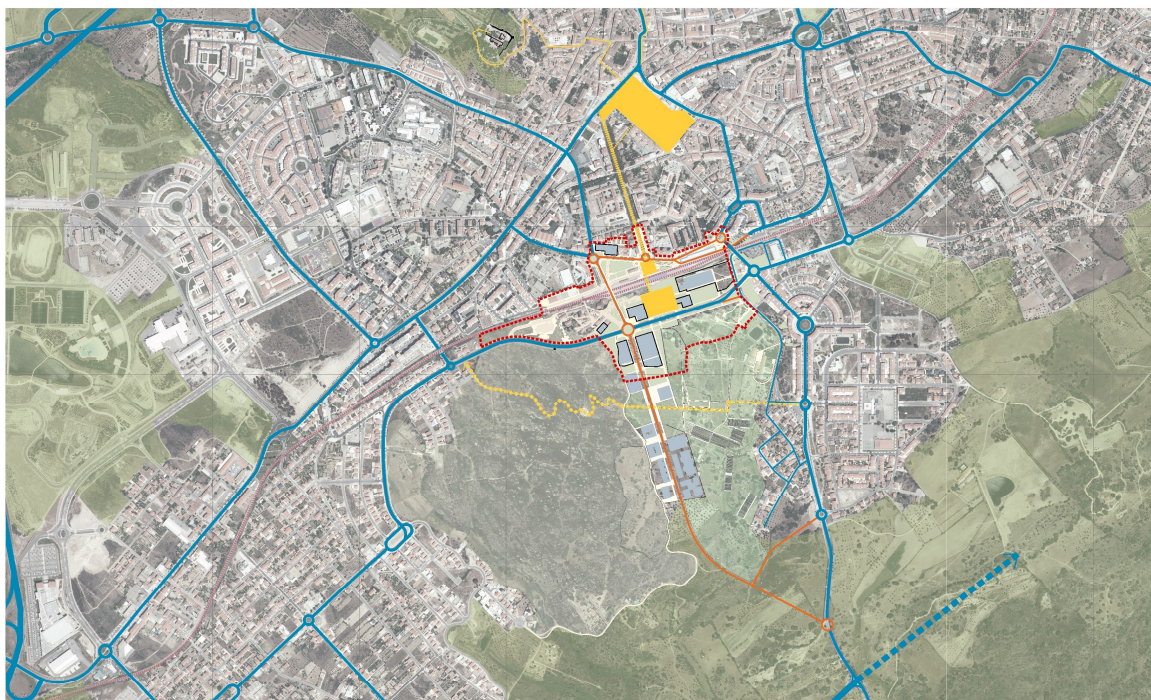
3. DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO

3.1 LOCALIZAÇÃO E MODELO TERRITORIAL

A área de intervenção do PPZEECB situa-se numa parte da cidade de Castelo Branco que concretiza um enclave do tecido urbano, limitado pela presença da Linha Férrea, acessos e a geo-morfologia do Barrocal. Possui uma área de 23.75 ha.



----- Limite da área de intervenção do Plano de Pormenor



----- Limite da área de intervenção do Plano de Pormenor

Fonte: Risco, Projecto de Plano de Pormenor

**Figura 1 - Esquema de implantação do PP da Zona Envolverte à Estação Ferroviária –
Enquadramento geral**

O Plano estrutura-se em três áreas. Uma a norte do caminho de ferro, onde estão as parcelas edificáveis do SOLO URBANIZADO; uma outra, ocupando uma parte maior do território a sul do caminho de ferro, entre a via-férrea e a via circular que percorre a cidade por sul; uma terceira área, que se define a sul da via circular.

A proposta de arranjo estrutural da área de intervenção do PP, centra-se na Estação Ferroviária como elemento estruturante, pretendendo-se encontrar soluções urbanísticas viáveis para desbloquear a barreira criada ao prolongamento axial do centro da cidade para

sul, através da Av. Nuno Álvares. Os princípios orientadores que constituem os indicadores para a intervenção urbanística, baseiam-se nas seguintes questões:

- Superar a barreira ferroviária em termos urbanísticos criando um novo pólo urbano;
- Implantar um conjunto de equipamentos públicos programados ou a programar;
- Resolver a ligação entre a Av. Nuno Álvares e a Via Circular Interna;
- Fazer o aproveitamento urbanístico de um conjunto de antigas áreas industriais;
- Interligar as zonas de expansão da cidade com a variante sul;
- Definir um papel para a área do Barrocal na cidade;
- Equacionar a requalificação urbanística do bairro do Barrocal.

Assim, o novo conceito de estrutura urbana reside na criação de uma espinha de espaço público de grande qualidade ambiental. A rede viária que se encontra já construída ou projectada constitui, por isso, uma consolidação urbanística a atender.

Em termos de valorização de estrutura ecológica, objectiva-se a integração de um grande Parque Central com características e capacidade de albergar dois sistemas ecológicos essenciais e complementares: a Quinta Produtiva de Recreio da Carapalha e a reserva geopaisagística do Barrocal.



Fonte: Risco, Projecto de Plano de Pormenor

Figura 3 – Diagrama da Estrutura urbana do PP

O sistema de praças associadas à Estação Ferroviária, o Centro Coordenador de Transportes já previsto, o Pavilhão Multiusos e os espaços comerciais, geram uma nova centralidade que integra uma bipolaridade em conjunto com a zona da Devesa.

Nestas ligações, a alameda da Av. Nuno Alvares, torna-se assim, também, parte da estrutura ecológica principal da cidade, a fomentar. O Parque Central proposto é constituído pelo Barrocal e pela Quinta Produtiva de Recreio da Carapalha, estabelecendo uma continuidade de paisagem natural para o interior da cidade. O Barrocal determina a humidade e a fertilidade do solo da depressão da Quinta, determinando-se a reserva e a sustentabilidade dos recursos naturais e paisagísticos desta zona da cidade.



Fonte: Risco, Projecto de Plano de Pormenor

Figura 4 - Diagrama de uma estrutura ecológica urbana

O Plano de Pormenor da Envolvente à Estação de Caminhos de Ferro de Castelo Branco apresenta algumas características particulares, nomeadamente pretende superar a barreira ferroviária existente criando um novo e moderno polo urbano através do aproveitamento de antigas instalações industriais e requalificando o bairro Barrocal. Este PP será dotado de

equipamentos públicos e procurará resolver a ligação ente a Avenida Nuno Álvares e a Via Circular Interna, interligando deste modo zonas de expansão da cidade com a variante sul.

Todo este conceito de estrutura urbana assenta na criação de uma espinha de espaço público de grande qualidade ambiental, constituída pelo campo Mártires da Pátria, pela Avenida Nuno Álvares e pela nova área central da interface rodoferroviária, com sequência imediata na Quinta Produtiva de Recreio da Carapalha.

Na consolidação do edificado e requisitos próprios a definir na sua tipologia de construção, teve-se em linha de conta eventuais sinergias entre a redução das necessidades energéticas dos edifícios, utilização de energias renováveis e redução do impacte energético dos materiais de construção a utilizar. Os recursos energéticos e bioclimáticos são considerados primordiais na estratégia de sustentabilidade a adoptar, pretendendo-se:

- Promover a adequação dos projectos ao clima local procurando as sinergias positivas entre clima interior e exterior;
- Utilização de sistemas híbridos, combinando energias renováveis com sistemas convencionais;
- Definir regras e critérios de avaliação quantitativa para aumentar a eficiência energética dos projectos do edificado.

3.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

O objectivo primordial que esteve na base conceptual de definição do modelo territorial do presente PP, assentou na definição de uma estrutura urbana equilibrada e funcional, com nova dinâmica de espaços, tendo como ponto de partida o aglomerado existente e as suas perspectivas de evolução.

Desta forma, os objectivos específicos do presente PP, são:

1. A definição de regras para a gestão urbanística de referência
2. O ordenamento da área de intervenção, do ponto de vista funcional e social
3. Melhoria das infra-estruturas
4. Melhoria das condições de circulação e acessibilidades
5. Melhoria da rede de equipamentos e serviços
6. Melhoria do ambiente urbano (conforto ambiental do edificado)

A estratégia de desenvolvimento o ordenamento territorial para a área de intervenção do PP é sustentada pelos seguintes objectivos operacionais e Questões Estratégicas:

QE1. Estruturar o espaço urbano, visando a qualificação dos espaços consolidados e a consolidar e programar o espaço urbanizável, assegurando a qualidade das intervenções futuras.

QE2. Criar uma rede de acessibilidades devidamente articulada com as transformações expectáveis a curto e médio prazos no contexto concelhio e regional.

QE3. Desenvolver soluções que minimizem a barreira física constituída pela linha férrea, tornando-a mais “permeável” à cidade.

QE4. Criar um parque urbano (Parque Central), que permita a diversificação das possibilidades de fruição do espaço, a realização de actividades ao ar livre, contribuindo para o reforço biofísico do aglomerado e para a qualificação do ambiente urbano.

3.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Como referencial de AAE consideram-se documentos de política e estratégia nacional, europeia e internacional, com relevância para o âmbito de actuação dos respectivos Planos Operacionais de Ordenamento do Território com incidência na área de intervenção do PP. O Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE identifica as macro-orientações de

política nacional e internacional e os objectivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade.

O conjunto dos principais planos e programas com incidência na área em análise, aqueles cujas linhas estratégicas mais directamente influem a programação dos objectivos, zonamentos, usos e funcionalidades e desenho urbano do PP, constituem o Quadro Estratégico de Referência, cujo conteúdo deverá ser compatibilizado em todas as acções que se vierem a definir no PP.

DESIGNAÇÃO	APROVAÇÃO / ELABORAÇÃO
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)	RCM nº 109/2007, de 20 de Agosto
Programa Operacional Regional do Centro (POR-C, 2014-2020)	-
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	Decreto-Lei n.º 152/2001, de 11 de Outubro
Plano Nacional da Água (PNA)	Decreto-Lei nº 112/2002, de 17 de Abril
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	RCM nº 113/2005, de 30 de Junho
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013)	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007)
Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética 2008-2015 (PNAEE)	Resolução de Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de Maio
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 80-A/2007
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (PBH)	Decreto Regulamentar nº 18/2001, de 7 de Dezembro
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	Resolução de Conselho de Ministros nº 119/2004, de 31 de Julho
Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES)	-
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional	Resolução de Conselho de Ministros nº 176/2008 de 14 de Novembro
MADRP (2007) Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PENDR), e Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007-2013 – (PRODER);	-
Plano de Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul (PROF-BISul)	Decreto Regulamentar nº10/2006, de 20 de Julho
Estratégia Nacional para Especialização Inteligente 2014-2020 (RIS3)	-
Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)	-
Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro	Encontra-se actualmente em fase de apreciação dos

(PROT-CENTRO)Maio/2011	relatórios de ponderação (consulta e discussão pública) pela CCDR Centro
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2006-2016 (PERSU)	Portaria nº 187/2007, de 12 de Fevereiro
Plano Director Municipal de Castelo Branco (PDM)	Ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº 66/94, de 11 de Agosto
Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco (PGU)	Ratificado em Diário da República nº 73, 2ª Série de 28 de Março de 1991
Plano Sectorial da Cidade de Castelo Branco 2020 (PSCB 2020)	-
Agenda XXI	-
Pólis Castelo Branco	-

3.4 FACTORES RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE

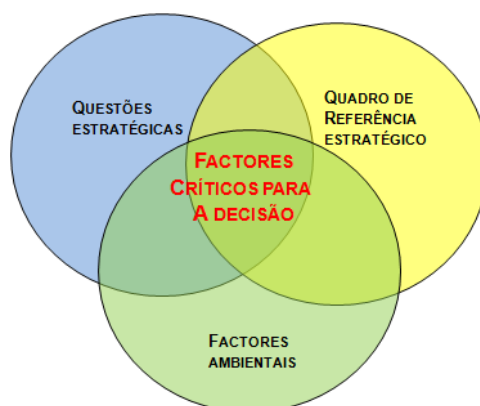
Os factores Ambientais (FA), enquanto indicadores de análise, definem o âmbito ambiental relevante, orientado pelos factores ambientais legalmente estabelecidos na alínea e) do nº 1 do art.º 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, que são: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, factores climáticos, bens materiais, património cultural e paisagem.

Os FA a analisar devem ser ajustados a cada caso específico de intervenção e objecto em avaliação, função da focagem de base estratégica e da sua relevância. Os Factores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar nas suas principais abordagens e conclusões, estruturando a análise e a avaliação de oportunidades e tendências (análise evolutiva) em AAE. Os FCD resultam de uma análise integrada essencialmente entre o Quadro de Referência Estratégico e as Questões Estratégicas e Programáticas do PP em questão.

Tal como referido na metodologia do presente relatório objectiva-se a determinação dos domínios estratégicos de avaliação, consubstanciados, nesta fase, na *definição do âmbito* pelos designados Factores Críticos para a Decisão (FCD), entendidos como os vectores que afectam as opções relativamente ao uso do solo, atribuição de qualificação do solo e funções associadas à concretização territorial do PP em análise, permitindo ponderar sobre

eventuais efeitos no ambiente de referência e modos de planeamento estratégico mais favorável aos objectivos primordiais do referido Plano no seu enquadramento urbano.

Por outro lado, os factores Ambientais (FA), enquanto indicadores de análise, definem o âmbito ambiental relevante, orientado pelos factores ambientais legalmente estabelecidos na alínea e) do nº 1 do artº 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, que são: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, factores climáticos, bens materiais, património cultural e paisagem. Os FA a analisar devem ser ajustados a cada caso específico de intervenção e objecto em avaliação, função da focagem de base estratégica e da sua relevância. Estes factores tornam-se ainda nos aspectos indutores de potenciais efeitos significativos de natureza estratégica, no ambiente.



Os domínios estratégicos que presidiram à elaboração do PP da Zona Envolvente à Estação Ferroviária de Castelo Branco, com relações mais fortes com os planos e programas com incidência na área de intervenção, bem como os Factores Ambientais considerados, no mesmo contexto, constituem os FCD, consubstanciando o alcance da análise, face aos indicadores projectados. Os FCD considerados são, assim, quatro: COESÃO SÓCIO-TERRITORIAL, ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA, QUALIDADE AMBIENTAL E ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE.

FACTOR CRÍTICO	DOMÍNIO ESTRATÉGICO PARA O PP
<p>COESÃO SOCIO-TERRITORIAL</p>	<p>Considerando o contributo do PPZEEFCB na criação de um espaço de implantação de novos usos associados à requalificação urbana, permitindo o reordenamento funcional e urbano, melhoria de acessibilidades viárias (novos arruamentos), acesso a bens e serviços, contribuindo para a coesão social e territorial da cidade. Contributo do PP ao nível da estruturação e ordenamento do território urbano, na medida em que estabelece as condições de uso do solo e sua forma de ocupação, e simultaneamente dando resposta a necessidades de evolução sociais e quotidianas da cidade, considerando que esta área tem traduzido um aumento da massa crítica populacional (aumento populacional considerável na cidade).</p>
<p>QUALIDADE AMBIENTAL</p>	<p>Contributo da implementação do PP com influência em variáveis ambientais locais de maior exposição, nomeadamente, drenagem atmosférica e bioclima urbano e influência de recurso natural e paisagístico – o Barrocal. O novo desenho urbano, adjacente e dependente do Barrocal, assegura o conforto bioclimático da malha urbana requalificada e a sustentabilidade. A promoção de áreas verdes (Estrutura Ecológica), constituirá um factor amenizador do microclima e incentivador da paisagem urbana de qualidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. A qualidade ambiental do lugar será incrementada com uma estrutura ecológica, consubstanciada num grande Parque Central e, essencialmente, de espaços verdes (envolventes e lineares) e ainda pela reserva geo-paisagística e fitossociológica do Barrocal.</p>
<p>ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA</p>	<p>Pretende-se estabelecer a continuidade no tecido urbano de Castelo Branco, suportado em acções estruturadas de zonamento espacial, com o intuito de promover a correcta distribuição das funções e usos previstos no território e a qualidade urbanística do edificado, o que traduz uma iniciativa programada de exercícios de urbanismo e planeamento estratégico. Este FCD revela o contributo do PP em causa ao nível da estruturação e ordenamento do território e estabelece as condições de uso do solo e sua forma de ocupação, e simultaneamente dando resposta a necessidades de evolução sociais e económicas. Contributo do PPZEEFCB, no ordenamento e requalificação da malha urbana, atribuindo-lhe funcionalidades próprias definidas numa Unidade de Execução (UE1) planeada, próprias de vivências quotidianas e uso do solo/classes de espaço. Influência nítida do presente PP, na necessidade de reestruturação urbana, estabelecendo uma hierarquia urbana que contribua para o modelo de ordenamento das cidades compatível com as premissas do PROT Centro.</p>
<p>ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE URBANA</p>	<p>Contributo do PP e respectivo modelo territorial na requalificação da rede viária local, na definição de um tecido de vias e arruamentos estruturantes da malha urbana. Influência na gestão funcional do território e no fluxo de pessoas e bens no espaço, influenciando ainda a melhoria da projecção da imagem desta parte da cidade, fomentando qualitativamente a projecção integrada de um sistema inter-modal potencial alternativo e com um nível de atendimento melhorado. Programação de novos acessos e disciplina nas áreas de estacionamento junto à Estação Ferroviária e ao intermodal previsto, motivando a necessidade de formas alternativas de mobilidade urbana, através de novos eixos e/ou nomeadamente no que diz respeito ao nº de carreiras de transporte público colectivo, bem como a conjugação funcional com as formas de mobilidade já existentes. As acessibilidades, percursos pedonais e arruamentos de ligação funcional de toda a malha urbana proposta, serão objecto de estudo detalhado no âmbito da proposta final do PP.</p>

Os FA considerados no presente relatório serão ajustados ao caso específico de intervenção do PP em função da focagem de base estratégica e da sua relevância, vulnerabilidade e/ou potencialidade, perspectivada numa análise integrada, que se apresenta mais adiante neste documento. Reportando à área de intervenção do presente Plano, consideram-se os seguintes aspectos/variáveis ambientais relevantes:

FCD	FA
COESÃO SÓCIO-TERRITORIAL	Paisagem Urbana Ordenamento do Território (Malha urbana) Tecido Funcional e Sócio-económico
QUALIDADE AMBIENTAL	Estrutura verde urbana (Estrutura ecológica) Ruído Microclima Urbano (Conforto bioclimático)
ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA	Rede Viária urbana (Eixos estruturantes) Mobilidade Urbana
ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA	Usos e qualificação do solo Equipamentos e infraestruturas Nível de serviço

4. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA. DIAGNÓSTICO

O concelho de Castelo Branco, com uma área de cerca de 1436 km², confina com os municípios de Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Penamacor, Oleiros, Fundão e Idanha-a-Nova, bem como com a fronteira espanhola.

Tendo como base a classificação por NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Beira Interior Sul (NUT III), concelho e freguesia de Castelo Branco.

No centro do país, o concelho de Castelo Branco permite-lhe uma posição de destaque no eixo de desenvolvimento marcado pelos três pólos mais importantes da região: Guarda - Covilhã – Castelo Branco. O concelho de Castelo Branco integra, no seu território administrativo, 25 freguesias.

Alcains
Almaceda
Castelo Branco
Bemquerenças
Cafêde
Cebolais de Cima
Malpica do Tejo
Escalos de Baixo

Freixial do Campo
Juncal do Campo
Lousa
Monforte da Beira
Ninho do Açor
Póvoa de Rio-de-Moinhos
Salgueiro do Campo
Sto. André das Tojeiras

S. Vicente da Beira
Sobral do Campo
Tinalhas
Mata
Sarzedas
Lardosa
Louriçal do Campo
Retaxo
Escalos de Cima

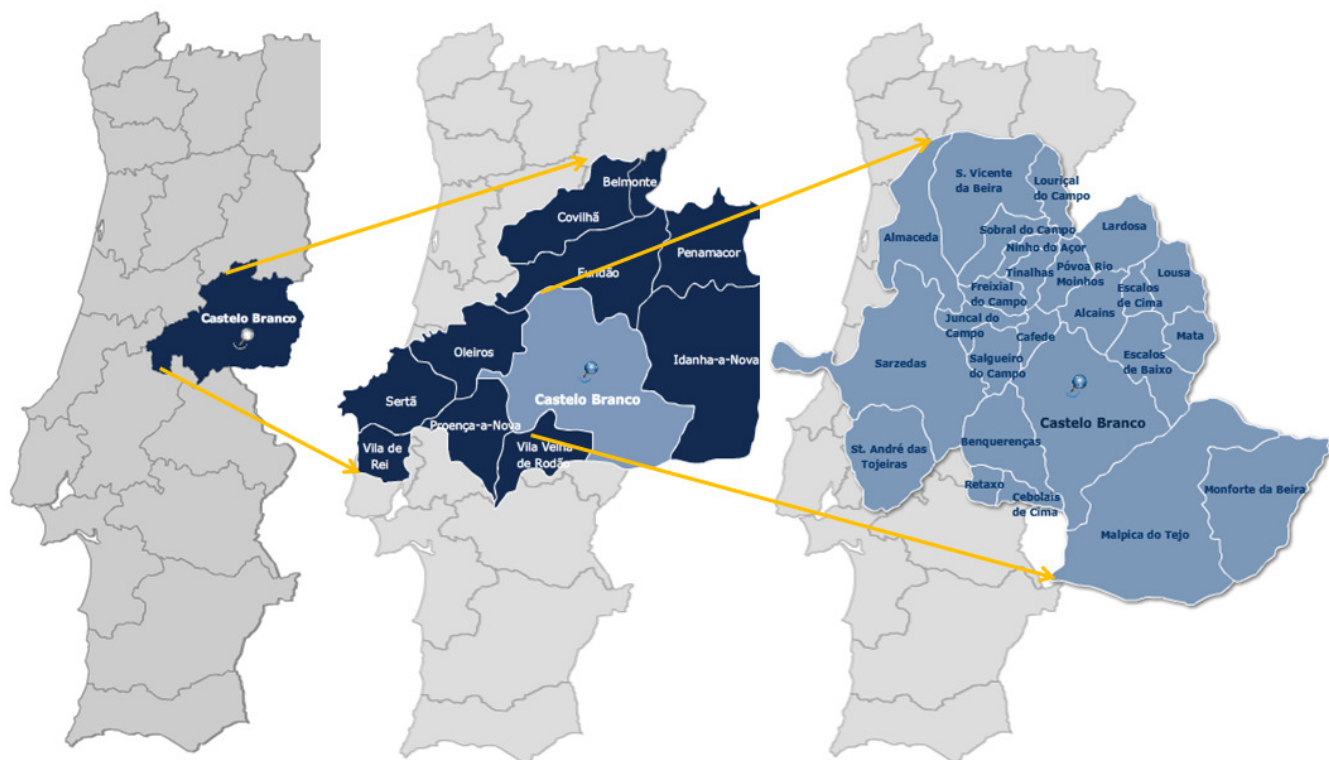


Figura 5 – Enquadramento geográfico e administrativo

A zona em análise, cidade de Castelo Branco na qual se inclui a área de implementação do PPZEEFCB, engloba-se na Região do Pinhal Centro, na Unidade de Paisagem do MOSAICO AGROFLORESTAL DE CASTELO BRANCO (DGOTDU, 2004), em que dominam os sistemas de matagais espontâneos, muito ruderalizados, com base em matos de gramíneas, alguns estevais, giestais e zambujais, azinhais e pinhais, num relevo ondulado e pouco profundo marcado esporadicamente por afloramentos rochosos que, frequentemente constituem “marcas notáveis” na paisagem e no património natural.

Apesar da estrutura das unidades de paisagem estar ameaçada por factores como o despovoamento humano, o abandono das terras de cultivo e consequente progressão das áreas de matos e floresta, os incêndios, a substituição de espécies autóctones e endémicas, entre outros, considera-se, nesta análise e numa escala mais estrita à área de intervenção

do PP, existirem duas unidades de paisagem específicas que caracterizam o concelho de Castelo Branco: “charneca beiroa” e o “campo albicastrense”. Nestas duas unidades, subdividem-se as seguintes zonas: i) Zona Serrana; ii) Zona Planáltica e iii) Zona de Topografia Acidentada.

Esta zona é ainda marcada pela notabilidade paisagística e visual do desenho topográfico da formação geológica designada pelo Barrocal. Os terrenos mais antigos desta região enquadram-se no denominado complexo Xisto-Grauváquico de grande uniformidade litológica, contituído por alternância de xistos argilosos e meta grauvaques, que indicam uma sedimentação feita em águas calmas e profundas, num tempo bem longínquo.

Os movimentos de fracturação e dobragem destes granitos fizeram aflorar, juntamente com processos erosivos em movimentos verticais. O granito porfiróide de Castelo Branco é uma rocha leucrata de duas micas de grão grosseiro. O Barrocal de Castelo Branco é uma destas típicas e notórias formações geológicas, característica da paisagem granítica em contacto com “rochas encaixantes” igualmente leucratas de cor clara. Este afloramento é específico por apresentar um “caos” de blocos (afloramentos) arredondados pela erosão, espalhados pela paisagem e tão característicos das zonas graníticas.

A relativa abundância deste “cenários geodésicos” de afloramentos rochosos imponentes e de extrema notabilidade paisagística, levou à criação, por uma larga mais alargada, do Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, que integrada os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão. Da Raia à Beira Interior, passando pelo Pinhal Interior até ao Alto Alentejo, este é um território de elevado potencial turístico e com inúmeros factores de atracção. Por ser uma região vasta mas homogénea, o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional oferece uma grande variedade de produtos turísticos, tendo como mais-valia comum a natureza e as excelentes infra-estruturas. Ainda que o local do Barrocal, não constitua um geo-monumento referenciado e registado como tal, neste geoparque, confere-lhe, contudo, uma importante continuidade geo-ecológica, marcando os percursos e a riqueza geo-paisagística da região.

Dado o seu posicionamento em relação à cidade, o Barrocal alberga um desenho rochoso e um coberto vegetal que presidem à continuidade e complemento da estrutura ecológica que se pretende integrar nas novas zonas adjacentes a urbanizar, como elemento amenizador da paisagem urbana mais artificial, amenizador do bioclima urbano e na criação e integração de áreas e espaços verdes de uso colectivo na cidade.

A vegetação dominante, presenciada por pinheiro, azinheira e sobreiro, lódãos, giestas, medronheiros e pontualmente castanheiros, permitem a recriação de um parque ou espaço verde natural a incluir no desenho urbano a requalificar, impondo a sua integração e simultaneamente a sua manutenção como área de património geo-paisagístico a preservar e continuidade de uma estrutura verde, consubstanciada em corredores (avenidas e alamedas arborizadas) e pontos notáveis (áreas verdes, parques urbanos, logradouros e Barrocal).

Nas últimas décadas, os processos de urbanização e a evolução do modelo de povoamento registaram duas tendências distintas na região, que se traduziram, por um lado, numa progressiva concentração da população no litoral, através de uma ocupação difusa e, por outro lado, na *polarização* e no *reforço demográfico* nos principais centros urbanos do interior.

Esta organização polinucleada de sistemas urbanos territoriais, associada a uma distribuição equilibrada de cidades de média dimensão e suportada pelas redes rodo e ferroviárias, encontram-se entre os principais factores estratégicos para a competitividade e a coesão social e um dos melhores trunfos de que a Região Centro dispõe para promover as necessárias dinâmicas de crescimento. De facto, estas cidades desempenham um importante papel na intermediação entre os grandes corredores nacionais, de ligação norte-sul do País, e internacionais, de ligação a Espanha, o qual, ao favorecer a criação de serviços e de estruturas produtivas e de logística, potencia o investimento na região e o reforço da competitividade regional.

Por outro lado, esta organização territorial acrescenta fluidez às relações entre espaços urbanos e rurais, condição essencial à redução de assimetrias e à consolidação da coesão social. Neste âmbito, a intervenção consolidada de coesão territorial da cidade de Castelo Branco, imposta pelo PP em estudo, beneficiará o reforço da própria cidade, nesta lógica territorial de eixos urbanos e “povoamentos/aglomerados” estruturantes, de ligação das regiões, do urbano e do rural e de motivo à concretização de eixos importantes na rede de acessibilidades.

Segundo o disposto em *Castelo Branco-Agenda XXI*, e por via das acções de gestão em conformidade com o PDM em vigor, foram aprovados pela Câmara Municipal de Castelo Branco, dez Planos de Pormenor e havia cerca de oito em fase de elaboração /aprovação. Dos PP’s em vigor apenas um deles se situa fora do perímetro urbano da cidade de Castelo Branco, na Tapada das Figueiras. Dos que estavam em elaboração, são três os que se situam fora deste mesmo perímetro urbano, no Lirião, na Quinta da Oliveirinha e no aglomerado de Escalos de Baixo. Actualmente, no global, existem cerca de 22 Planos de Pormenor para o concelho, sendo que a grande maioria se encontra já ratificada em Resolução de Conselho de Ministros específica e os restantes aprovados em Assembleia Municipal.

A rede urbana e o modelo de povoamento da Região Centro são fortemente determinados pelas características morfológicas do seu território, atravessado na direcção Nordeste-Sudoeste pela Cordilheira Central e recortado por inúmeras linhas de água. Estas condições causaram, desde sempre, grandes dificuldades à mobilidade de pessoas e mercadorias e levaram a que se estabelecesse uma organização urbana polinucleada, composta por um conjunto territorialmente bem distribuído de cidades médias.

A articulação entre estes sistemas urbanos territoriais dá origem ao surgimento de eixos de desenvolvimento que, apoiados em infra-estruturas de transportes, fazem emergir algumas cidades como “pontos singulares” pela sua “centralidade”, ao mesmo tempo que evidenciam

a existência de espaços marginalizados e, possivelmente, excluídos das dinâmicas de desenvolvimento da região. No Relatório Intercalar PORCentro para a primeira versão temporal (2004) defende-se a necessidade de organizar e consolidar estes sistemas territoriais para que estes possam «*ganhar dimensão e competitividade, para encontrar novas formas de relação urbano/rural e para “qualificar o meio”*» (PORCentro, 2014-2020). O reforço da posição destas cidades em termos demográficos e como pólos de emprego, particularmente enquanto centros de serviços, alargando a sua área de influência muito para além dos limites concelhios, permitiu colmatar o declínio populacional associado aos intensos processos de despovoamento dos espaços rurais e este padrão abriu novas possibilidades para explorar formas de cooperação inter-urbana susceptíveis de reforçar o papel dos sistemas urbanos sub-regionais.

O Plano Director Municipal de Castelo Branco foi ratificado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 66/94, de 11 de Agosto. De seguida será feita uma análise da área de intervenção do Plano de Pormenor face regulamento do PDM de Castelo Branco e respectivas plantas de ordenamento e de condicionantes, identificando classes de espaços, condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública. O PDM tem vindo sucessivamente a sofrer e integrar algumas alterações ratificadas, sendo a última consubstanciada na alteração do seu regulamento e constante de Declaração (extrato) n.º 22/2017, de 7 de Abril.

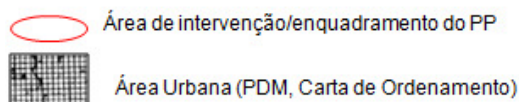
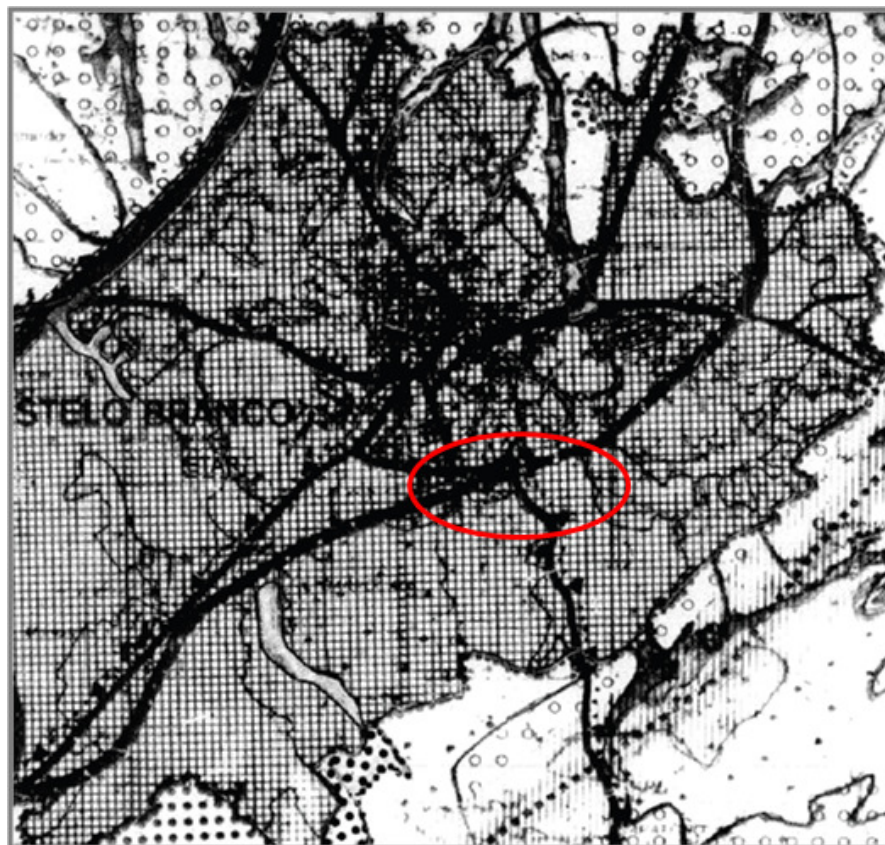


Figura 6 - Extracto da planta de ordenamento em vigor (PDM de castelo Branco)

Segundo a Planta de Ordenamento do PDM em vigor para Castelo Branco, a área de intervenção do PP em estudo, localiza-se na classe de espaço designada Espaço Urbano, sub-classe “Áreas Urbanas”, facto que se conformiza com os objectivos do PP. Por outro lado, a área do PP integra ainda a área do próprio Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco, consolidando as mesmas orientações espaciais de uso do solo e funcionalidade urbana (consolidada e de expansão).

Actualmente o Plano Director Municipal encontra-se em revisão, tendo sido elaborada uma fase preliminar com a produção de relatórios de caracterização do território (Planraia, 2004). Não tendo havido evolução de maior desde esta fase, foi publicado, a pedido da autarquia, pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (CCDR Centro) o Despacho nº 3997/2011, editando e aprovando a nova composição da comissão de acompanhamento à revisão do PDM de Castelo Branco, estando esta em curso.

Verifica-se para o concelho em análise um decréscimo populacional entre 2001 e 2011, da ordem dos -0.67%, variação que se verifica ainda assim, inferior ao registado na Região Beira Interior Sul (NUT III) que foi de -1.15 e -0.95, para os dois dados de abordagem (Quadro 11) verifica-se no entanto, para a taxa de crescimento natural um acréscimo de +0.47%, para Castelo Branco. Nos mais recentes Censos (Censos 2011), este valor continua negativo, registado ao nível da região Centro (NUT II), sendo de -0.89. Na verdade, verifica-se uma total e geral tendência para variações negativas, nomeadamente para a taxa de crescimento efectivo.

O concelho em análise, Castelo Branco, registava, em 2001, 5.3% da população empregada no sector primário. Quanto ao sector secundário – população empregada na actividade industrial – Castelo Branco regista 33.4%, percentagem inferior à Região Centro (38,1%) e à da média nacional (35,5%), mas superior à sub-região da Beira Interior Sul (31.7%).

O sector terciário é o sector preponderante no concelho, à imagem da realidade nacional, empregando 61.3% da população de Castelo Branco, percentagem ligeiramente superior à região e ao país.

Ao nível de freguesia verifica-se que Castelo Branco (Freguesia) apresenta uma percentagem inferior de população empregada no sector primário (1.9%) comparativamente ao concelho, e ao contrário do verificado nas restantes unidades de análise, o sector que apresenta maior preponderância é o terciário, onde Castelo Branco registava 71.7% da sua

população empregada em 2001, enquanto que o sector secundário regista a percentagem de 26.4%, percentagem inferior à da média nacional (35.5%).

A área de intervenção, freguesia de Castelo Branco, apresenta assim uma estrutura económica onde se distingue o sector secundário, dedicado a actividades industriais, seguido do terciário com cerca de metade da percentagem de população empregada verificada a nível do concelho de Castelo Branco, e por último o sector primário.

Relativamente à rede viária, o concelho é atravessado pela A23 (auto-estrada da Beira Interior) que faz para Norte a ligação até à Guarda e para Sul até ao nó de Torres Novas onde entronca na A1, e que permite a ligação para Sul até Lisboa (A1), Algarve (A2); para Norte até Valença fazendo a ligação a Espanha; para Oeste, através da A15, faz-se a ligação até ao litoral. Pelo interior, a ligação até Coimbra é feita pelo IC8 (estando por completar o troço Proença-a-Nova/Castelo Branco); a ligação a Espanha por Este é feita através de estradas nacionais e municipais. A região há muito que reivindica a construção do IC31 que facilitaria a ligação a Espanha com inúmeras vantagens no transporte de pessoas e mercadorias; esta via seria uma porta de entrada/saída para a Europa uma vez que em Espanha já está construída a auto-estrada Plasencia/Madrid.

No que respeita à rede ferroviária o concelho é servido pela linha da Beira Baixa, que faz o trajecto Lisboa/Covilhã, com ligações à Guarda a partir da Covilhã, à linha do Leste a partir de Abrantes e à linha do Norte a partir do Entroncamento. No concelho existem três estações ferroviárias, localizadas em Castelo Branco, Alcains e Lardosa e dois apeadeiros, em Retaxo/Cebolais de Cima e Benquerenças.

No concelho existe ainda um aeródromo que não está homologado para transporte de passageiros e um heliporto situado junto ao Quartel do Bombeiros Voluntários que é utilizado para evacuar doentes em estado grave.

5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL. EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE

Os efeitos significativos ambientais decorrentes da aplicação do Plano de Pormenor em análise, terão expressão e significado diferente nas várias fases de implementação das acções nele contempladas, nomeadamente durante a fase de construção e no decurso da fase de funcionamento e uso dos edifícios e infra-estruturas previstas.

5.1 QUALIDADE AMBIENTAL

O planeamento de uma estrutura verde à escala da cidade, suportada pelos objectivos gerais de desenvolvimento e que atenda às especificidades e recursos de cada zona, poderá assumir um papel crucial no reordenamento e na requalificação estética e ambiental da paisagem urbana de Castelo Branco. A estrutura ecológica efectiva considerada no planeamento urbanístico é essencial para a beneficiação e melhoria da qualidade visual e paisagística da cidade. Efectivamente a área de Espaços Verdes, integrantes do PP em avaliação, deverá ser considerada como uma mais-valia particular deste PP, uma vez que contribui para assegurar a qualidade ambiental e paisagística local e a sustentabilidade ambiental do concelho, integrando os princípios e as orientações do PROT-Centro para a definição de uma Estrutura Ecológica Metropolitana.

Neste âmbito, e tal como caracteriza o PP em análise, preconiza-se a integração , na requalificação urbanística, do Barrocal e da Quinta Produtiva e de Recreio da Carapalha, consubstanciando-se na sua consolidação através da fusão dos sistemas naturais que integram e dos seus grandes espaços abertos com os restantes sistemas urbanos, melhorando o cenário paisagístico da cidade.

As estratégias apresentadas e referenciada de estrutura verde permitida pelo PP confere a sua maior importância na conjugação dos elementos, com o objectivo de rematarem

descontinuidades, envolvendo e integrando, no desenho urbano, um grande Parque Central que tem a característica de englobar os dois sistemas ecológicos referidos – a Quinta Produtiva e de Recreio da Carapalha e a reserva paisagística, geológica e fito-sociológica do Barrocal. O Parque Central proposto, constituído por estes dois espaços naturais complementares, estabelece uma continuidade de paisagem produtiva para o interior da cidade. Formalizam-se os usos e os espaços e a sua complementaridade – o Barrocal determina a humidade e a fertilidade da depressão da Quinta da Carapalha. Com ambos os espaços integrados, se determina a reserva e a sustentabilidade dos recursos naturais e paisagísticos.

5.2 ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA

No âmbito do PP em análise, os usos propostos para a área de intervenção, correspondem à ideia de concentrar um pequeno núcleo de serviços e comércio na envolvente imediata da nova interface e de definir as restantes áreas privadas como predominantemente habitacionais.

Em termos de uso do solo proposto pelo PP, a qualificação do solo divide-se da seguinte forma, em conformidade com o Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de Agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo:

- Espaços centrais consolidados e a colmatar
- Espaços residenciais consolidados e a consolidar
- Espaços verdes, que se subdividem em jardins, enquadramento de infraestruturas, área produtiva e recreativa e barrocal;
- Espaços de uso especial, que se subdividem em equipamentos (consolidados e a consolidar) e infraestruturas (ferrovia, arruamentos e praça norte).

Por consulta aos Quadros Síntese do PP, conclui-se pela seguinte conjugação, em área e tipologia dos seguintes usos incrementados na cidade de Castelo Branco, pela aplicação territorial do PPZEEFCB, considerando os seguintes espaços definidos na Planta Geral:

Quadro1: Usos Propostos, por grandes áreas

Usos PRINCIPAIS	ÁREA (m2)
Espaços Verdes	30440
Equipamento	29976
Espaços centrais consolidados	2134
Espaços residenciais consolidados	629
Espaços centrais a colmatar	15422
Espaços residenciais e colmatar	9889

Fonte: Plano de Pormenor da Zona Envolverte à Estação Ferroviária de Castelo Branco, Planta Geral. Risco, 2017

Segundo os dados de uso e ordenamento do território, constante para o concelho de Castelo Branco, do Anuário Estatístico 2015 (INE, 2016), o PP permite o aumento no concelho de Castelo Branco, de cerca de mais 10ha de Uso Urbano e cerca de 3.9ha de área de Equipamentos e Parque Urbanos, facto que incorre num efeito positivo na requalificação urbana e especificidade de funções e classes de espaço em ordenamento municipal.

Por outro lado, em termos de qualificação urbana, a integração de um grande Parque Central, consubstanciado no Barrocal e na Quinta Produtiva e de Recreio da Carapalha, enquanto sistemas ecológicos de continuidade da estrutura verde para a cidade, permite uma melhoria ambiental da qualidade urbana do PP e de toda a cidade. Deste forma em termos de requalificação e valorização urbana, em questão, o sistema a incrementar de caminhos de pé posto seriam revitalizados de forma a sustentar a envolvente natural permitindo práticas de lazer ao ar livre e outras actividades compatíveis com a preservação dos valores naturais. A integração deste valores, relacionam-se, hoje em dia, com a melhoria da qualidade de vida e urbana dos habitantes e da população em geral, com proximidades a uma vida urbana mais saudável e atraente, facto muito positivo que poderá atrair novas actividades e ocupações, equipamentos e áreas de uso colectivo.

No PP em análise, estão previstos diversos equipamentos dos quais se destaca o Centro Coordenador de Transportes. Trata-se de um equipamento que visa realocar esta unidade de transportes como complemento ao meio ferroviário aumentando a capacidade para receber e estacionar autocarros.

Contempla-se ainda a concretização de áreas reservadas a outro tipo de equipamentos, nomeadamente de um Pavilhão multi-usos, colmatando assim, uma carência deste pólo citadino no conjunto de cidades médias portuguesas e que corresponde a uma aspiração do tecido social de Castelo Branco, quer a nível local, quer em termos de polarização regional.

Por outro lado, será implícito, o reforço da cobertura de equipamentos colectivos (uso público colectivo), de alguma carência na cidade, facto que contribui positivamente para o desenvolvimento da estrutura económica, para o apoio social, para o aumento da oferta de actividades lúdicas, culturais e desportivas, para a qualidade de vida das populações, e simultaneamente para o reforço da imagem de cidade.

Por análise ao Plano conclui-se estarem planeadas as seguintes intervenções a levar a cabo no território em análise:

- Estabelecimento de novas zonas afectas a Espaços Verdes, enquanto equipamento com funções de apoio à zona de estadia, de uso colectivo – Parque Central, constituído pelo Barrocal e pela Quinta Produtiva de Recreio da Carapalha;
- Criação de novos equipamentos, designadamente culturais e de transporte (Centro Coordenador de Transportes e Pavilhão Multi-Usos), que integrarão a nova polaridade urbana, reforçando a oferta e serviços paralelos à actividade económica e ao incremento de área habitacional que se pretende desenvolver.

Os novos equipamentos e áreas propostas pelo Plano pretendem o estabelecimento de uma

maior oferta de actividades/equipamentos de uso colectivo, há muito em expectativa pela população. Trata-se de uma oportunidade única de colmatar a ausência deste tipo de equipamentos, que trará à cidade de Castelo Branco maior projecção regional e beneficiará de uma nova atractabilidade para a fixação de população, aliado ao incremento lógico do desenvolvimento e competitividade económica do concelho e, particularmente da sua sede.

5.3 COESÃO-SÓCIO TERRITORIAL

As intervenções previstas pelo Plano preconizam a criação de uma nova polaridade urbana em volta de um incremento de interface rodo-ferroviário, que passará pela criação de novas infra-estruturas, beneficiação da rede viária, bolsas de estacionamento, passagens pedonais, o Centro Coordenador de Transportes, o que traduz um esforço de integração de uma envolvente periférica sul da cidade no sistema axial de avenidas direccionadas ao centro histórico da cidade. Este facto, de enorme positividade na consolidação urbana, permite a coesão social e territorial, na medida em que induz a melhoria das acessibilidades locais, a criação de emprego e permite manter e incrementar o aumento demográfico recentemente patente neste território interior do Centro do país.

O Plano prevê ainda intervenções ao nível do reparcelamento urbano e funcional, bem como cedências, em área, no contexto das operações urbanísticas, ao próprio município, recuperação de edificado, criação de zonas de recreio e lazer e estabelecimento de zonas verdes de protecção e enquadramento (Barrocal e Quinta da Carpalha), bem como a requalificação do edificado e das acessibilidades.

Consideram-se como efeitos positivos, a nível sócio-económico, os associados à oferta de novas funcionalidades de forma ordenada e integrada no espaço territorial no lay-out do PP, o que corresponderá essencialmente ao aumento da atractividade do investimento às actividades sectoriais económicas locais, nomeadamente para os segmentos conexos aos transportes e às actividades ao ar livre, de prestação de serviços e comércio local, que à se

fixarão, constituindo uma mais valia para a freguesia e concelho, potenciando o desenvolvimento local e regional.

O PP em avaliação encontra-se em concordância e convergência para com os objectivos estratégicos estabelecidos para o PDM de Castelo Branco, bem como no PROT-Centro, nomeadamente no que se refere à proposta estrutura ecológica (poderão integrar a estrutura ecológica municipal e estrutura verde da cidade – integrando o Barrocal e a quinta da Carpalha no desenho urbano – *coesão territorial*), na preservação de conjuntos urbanos singulares, privilegiando o espaço público urbano enquanto gerador de fluxos e de relações entre residentes e não residentes, e como elemento de ligação/relação entre áreas urbanas contíguas na cidade.

Os objectivos patentes no PPZEEFCB, direccionam-se para a criação de oportunidades a nível local, pretendendo que estas possam ter reflexos positivos ao nível social e territorial, favorecendo o incremento de efeitos positivos na qualidade de vida da população que utiliza o espaço, permitindo linhas de desenvolvimento local e regional, bem como uma maior eficiência no efeito de coesão social e territorial.

Os efeitos previstos ao nível sócio-económico e no tecido funcional urbano são maioritariamente positivos, estando associados à oferta de novas e melhores funcionalidades de forma mais ordenada e integrada, a que corresponderá essencialmente o aumento da atractividade e polaridade desta área da cidade de Castelo Branco, facto que se tornará numa mais valia para o desenvolvimento regional e local.

Estas linhas de orientação reforçam a ocorrência de efeitos positivos no território e subsequentemente ao nível das condições sociais e edificadas locais. O incremento de infra-estruturas na malha urbana consolidada e definição de novas áreas de apoio às funções existentes, no caso das educativas, permitem dinamizar novos usos, funções e actividades, bem como potenciador melhorias na apropriação e utilização. O PPZEEFCB, torna-se desta forma num instrumento que pretende assegurar uma interrelação eficaz entre

funções, áreas urbanas e utilizadores do espaço, valorizando os pontos fortes do território (interface rodo-ferroviário, estação ferroviária e Centro Coordenador de Transportes), e gerando oportunidades a nível social, económico e de valorização ambiental.

A execução de um Plano de Pormenor indica uma conformidade estratégica para o uso e transformação do solo de forma regrada, funcionando como aplicação de um instrumento de planeamento e ordenamento do território, constituindo só por si um efeito positivo e significativo na gestão territorial, com influencia directa na nova organização de um mapeamento de ordenamento do território a considerar nos pressupostos de revisão do PDM, em curso.

O Plano atribui especial importância à qualificação do espaço público urbano, destacando-se algumas componentes urbanísticas fundamentais no planeamento e ordenamento do território urbano e na decisão de funções a atribuir ao espaço (situações singulares do espaço urbano, elementos verdes, morfologia urbana, pontos de vista e panorâmicas), atribuindo-se um papel preponderante aos planos de pormenor e projectos de espaços públicos, como instrumentos de tratamento, integração e requalificação do espaço urbano, reflectindo simultaneamente as orientações programáticas constantes do PROT-CENTRO, para esta região.

Consideram-se efeitos positivos ao nível do ordenamento do território a identificação dos valores naturais a proteger e a integrar, como é o caso do barrocal e da Quinta da Carpalha que constituem o Parque Central, a definição dos espaços destinados ao uso público, da circulação viária e pedonal, de estacionamento, alinhamentos, implantações, modelação de terreno, e ainda a localização dos equipamentos e zonas verdes.

O PPZEEFCB traduz efeitos positivos ao nível territorial na medida em que contribui para a concentração de actividades e funções no território, a especialização funcional, contrariando a tendência de degradação e de desarticulação do espaço com a envolvente, potenciando o aproveitamento das potencialidades inerentes ao território, de forma a harmonizar e

compatibilizar usos e actividades ao nível urbano e conferindo uma nova polaridade urbana na cidade, diversificando “movimentos” e actividades quotidianas. Esta opção além de preconizar os princípios de ordenamento do território, beneficia a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida das populações aí residentes. A prossecução do Plano de Pormenor em análise vem dar capacidade de resposta a necessidades locais, permitindo reforçar as condições de centralidade e especialização do território e ao mesmo tempo disciplinar a concentração de actividades e funções importantes ao nível do desenvolvimento local e social, nomeadamente com o incremento na área dos equipamentos, até aqui em notória carência em Castelo Branco (Centro Coordenador de Transportes e Pavilhão Multi-usos).

5.4 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA

Tal como referido anteriormente, o concelho de Castelo Branco tem vindo a “ligar-se” progressiva e estruturalmente com a envolvente vizinha através de eixos rodoviários bem hierarquizados e com um nível de serviço cada vez maior. A melhor possibilidade de redistribuição de acessibilidade viária é marcada e oferecida pela A23 e pelo IC8 e, também, pelas estradas regionais ER112, 233 e 240 e à estrada nacional EN233.

Pela sua posição geográfica em relação ao concelho e ao centro da própria cidade, o PP converge e desenvolve-se a partir de pressupostos do desenho viários já estabelecido, por um lado, e a programar, por outro. Ou seja, nos pressupostos do desenho urbanístico, teve-se em conta que, efectivamente, a rede viária já existente ou já prevista, constitui um verdadeiro programa urbanístico a considerar. Os “cruzamentos” existentes, as rotundas já marcadas, a via circular interna também já existente e o eixo da Avenida Nuno Álvares afiguram-se como parte integrante da intenção estruturante de todo o desenho urbano e viabilização das ligações entre o centro tradicional da cidade e os novos acessos previstos a Sul, a considerar no PP. Desta forma, o PP em análise surge como uma forma integradora e potenciadora do ordenamento viário, fomentando os acessos *de* e *para* o centro da cidade,

ao mesmo tempo que promove a ligação de todo o desenho urbano aos grandes eixos envolventes.

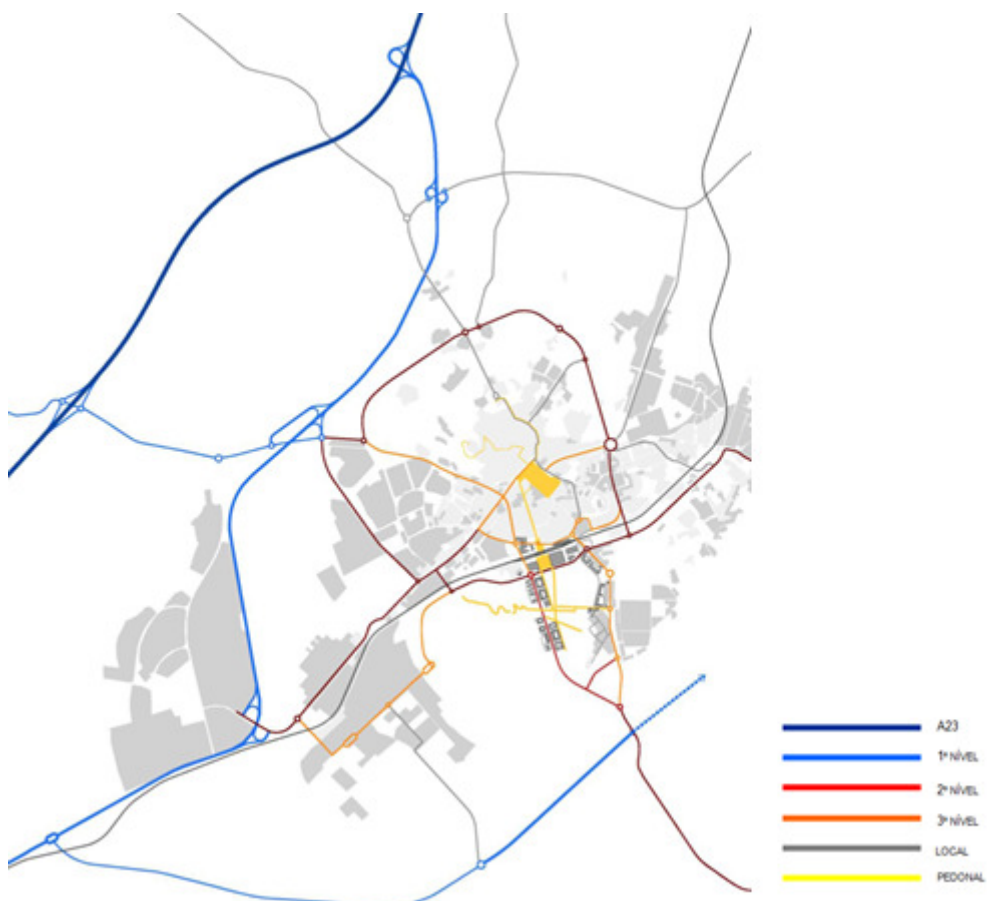


Figura 7 - Rede Viária hierarquizada potenciada pelo PP, *para e da cidade*.

Para além da mobilidade pedonal, sustentada em todo o centro urbano do PP, aliado à Estação Ferroviária e ao Centro Coordenador de Transportes, são permitidas ligações viárias a vários níveis e intenções, convergindo em ligações viáveis gerando maior nível de serviço e novos fluxos e possibilidades, assegurando uma maior qualidade do reforço e posicionamento geográfico de Castelo Branco.

Deste modo, prevê-se que a rede de vias locais existente, identificada e integrada no PP, acompanhe qualitativamente as futuras expectativas de utilização de toda a zona, em termos de oferta/procura por vocação e potencialidades regionais a fomentar.

O PPZEEFCB prevê como intervenções a levar a cabo na área de intervenção, a reorganização dos sentidos de trânsito, regularização de traçados das vias, estacionamentos ao longo de algumas vias, melhorias de pavimentos, bermas e passeios. As acções previstas passam pela construção de novas vias, beneficiação das vias existentes e ainda a definição de vias de tráfego condicionado.

As linhas de intervenção enumeradas preconizam a criação de condições de promoção territorial e de desenvolvimento da área urbana de Castelo Branco, tendo reflexos positivos ao nível da colmatação de debilidades existentes da mobilidade interna e externa de Castelo Branco. Em termos de mobilidade urbana, o PP em análise integra as seguintes orientações:

- A construção do Centro de Coordenação de Transportes (CCT - programado pela C. M. C. B.), junto à estação ferroviária de Castelo Branco, projeto este que permitirá melhorar substancialmente o interface rodo-ferroviário, permitindo também viabilizar mais facilmente soluções de transporte colectivo de amarração com o centro da cidade;
- Reforço de coerencia da hierarquia rodoviária na zona central da cidade e desta com o restante território da cidade, garantindo a existencia de várias alternativas na transposição da linha de caminho de ferro e a fluidez de ligação entre os diversos sectores da cidade;
- Qualificação urbana da Av. Nuno Álvares e seu possível prolongamento para sul, promovendo a componente pedonal ao longo deste eixo e nas ligações à estação ferroviária e ao futuro CCT;
- Reforço da oferta de transportes colectivos urbanos;
- Qualificação das redes cicláveis e pedonais.

Tendo em conta estes objectivos estratégicos ao nível da mobilidade urbana (e de quotidiano de pessoas e bens), a consolidação de novas e qualificadas alternativas de fluidez nas ligações viárias e pedonais urbanas, origina uma melhoria positiva na melhoria

da qualidade de vida da população, no seu quotidiano, facto que contribuirá igualmente, para a fixação e desenvolvimento de novas actividades, usos viáveis.

Um dos elementos fundamentais na solução urbana do PP em análise, é o ajuste no esquema de mobilidade através da transposição da via férrea. A Avenida Nuno Álvares assume um importante papel estruturante por considerar-se um eixo histórico de ligação ao centro da cidade.

Complementarmente, e viabilizando tais alternativas de ligações e fluidez de pessoas e bens, o PP será dotado de estacionamento necessário para os usos do tipo de circulação, distinguindo-se as áreas de circulação viária, de circulação condicionada e de circulação pedonal. O estacionamento, que se pretende ordenado e potencie uma maior mobilidade por transporte publico colectivo, estará preconizado a sul da estação para área de “solo urbanizado”, a norte da estação. O prolongamento da Av. Nuno Álvares e a ligação ao centro da cidade assumem-se não tanto como um eixo essencialmente rodoviário, mas como parte de uma rede de mobilidade ligeira, qualificada e arborizada na continuidade das intervenções do centro histórico.

6. OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE DO PLANO

Segundo o Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, relativo a AAE, considera-se no seu artigo 6º, ponto 1, alínea d), a definição de objectivos de protecção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o Plano em estudo, neste caso o PPZEEFCB, descrevendo a forma como esses objectivos foram considerados no desenvolvimento e nas opções do mesmo.

Dado que o PPZEEFCB, encontra-se numa fase conclusiva, optou-se por apresentar as medidas de protecção ambiental, já interiorizadas e integradas nas linhas estratégicas do Plano de Pormenor no estrito cumprimento do já estabelecido nos respectivos Termos de Referência, emitidos pela C. M. de Castelo Branco, com a finalidade de consubstanciar os seus objectivos. Estes últimos, assim como medidas e acções de protecção ambiental do PPZEEFCB, são elencadas genericamente por factor ambiental.

FCD: QUALIDADE AMBIENTAL

CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO
RUIDO	<ul style="list-style-type: none"> - Minimização de eventuais conflitos entre actividades não consentâneas com a área urbana contígua, gerando um ambiente urbano de qualidade; - Utilização de materiais reflectores de ruído e medidas de reforço de fachadas; - Garantir o bom isolamento das áreas funcionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - % de população exposta ao ruído - Variação dos Níveis Acústicos - Adequação da distribuição de usos ao Regulamento Geral do Ruído - Classificação acústico do local 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de Ruído da área do PP - Regulamento Geral do ruído - Monitorização acústica do tráfego automóvel (Fontes móveis/arruamento)
ESTRUTURA VERDE URBANA (ESTRUTURA ECOLÓGICA)	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um Parque Central consubstanciado nos recursos naturais do Barrocal - Integração de dois sistemas ecológicos determinantes e complementares: Qta. Produtiva e de Recreio ds Carapalha e a Reserva geo-paisagística do Barrocal 	<ul style="list-style-type: none"> - Incremento da Rede Ecológica Municipal (área/ha); - % de novas Áreas Verdes de uso publico 	<ul style="list-style-type: none"> - CCDD Centro - PDM de Castelo Branco
DRENAGEM ATMOSFÉRICA (BIOCLIMA URBANO)	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução de elementos naturais de protecção à influência dos ventos dominantes (material vegetal); - Preconizar medidas conducentes à melhoria da eficiência energética dos edifícios; - Preservação no desenho urbano, de canais de drenagem atmosférica (Alamedas, eixos estruturantes, sistemas de praças e outros espaços abertos); - Manutenção do gradiente de exposição/incidência solar da área de intervenção; - Conjugação das características microclimáticas com a disposição de percursos, zonas de estadia, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Forma e Eficácia da drenagem atmosférica em meio urbano, segundo o sistema de canais abertos no tecido urbano proposto no PP; - Conforto Bioclimático - % de Incidência Solar (arruamentos, espaços públicos e edificado) - Eficiência Energética dos edifícios (Nº de projectos com técnicas sustentáveis de construção) 	<ul style="list-style-type: none"> - Bibliografia temática - Análise Topográfica e Caracterização Biofísica - Plano de Pormenor

FCD: ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA

CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO
USOS E CLASSES DE ESPAÇO	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação das áreas construídas - Definição de parâmetros urbanísticos - Requalificação do tecido urbano, devolvendo-o integralmente à malha envolvente 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipologia dos espaços - Zonamento e Identificação do Território 	<ul style="list-style-type: none"> - Cartografia Municipal de Ordenamento do território; - PDM
EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> - Integração de equipamentos já previstos e consolidados; - Implementar um conjunto de equipamentos públicos programados ou a programar - Implementar adequadas ligações com os sistemas e serviços de gestão social e ambiental municipais 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços afectados (tipologia e servidões); - Nº de Infra-estruturas existentes e necessidades de ampliação e/ou beneficiação; - Nível de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> - PDM - Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco e outros PP complementares
PAISAGEM URBANA	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de espaços dedicados ao coberto vegetal (espaços verdes de utilização colectiva – de enquadramento e de protecção); - Criação de imagem e unidade do espaço público; - Elementos singulares 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de continuidade do Corredor Ecológico Municipal (Alamedas, arruamentos, corredores); - % de área verde afecta ao PP; - Área de Espaços Verdes/Habitante; - % de zonas verdes a criar. 	<ul style="list-style-type: none"> - DGOTDU - Autarquia (PDM) - BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

FCD: COESÃO SÓCIO-TERRITORIAL

CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO
TECIDO FUNCIONAL E SÓCIO-ECONÓMICO	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a compatibilização de usos e funções no espaço, de serviço público - Desenvolvimento e promoção da diversidade funcional, assentes no desenho urbano de qualidade e em respeito pelos condicionalismos naturais e antrópicos (linha férrea, por exemplo), presentes na área de intervenção - Desenvolvimento e aproximação de novas polaridades ao centro da cidade de Castelo Branco; - Desenvolvimento sustentável de um sistema de praças associadas aos espaços de equipamentos e edifícios comerciais, gerando uma nova centralidade do tecido urbano da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - % Edifícios recuperados; - Ocupação do solo por função (área afectada); - Promoção e incremento de novas funcionalidades (tipologia de novas funções); - Evolução da área de uso específico do solo urbano (classes de espaço); - Área urbana incrementada. 	<ul style="list-style-type: none"> - PDM - Legislação complementar - CCDR Centro
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (MALHA URBANA)	<ul style="list-style-type: none"> - Proceder ao zonamento espacial, condições de utilização do solo e sua ocupação; - Programar áreas urbanas tendo em conta a rede de infra-estruturas existentes e/ou programadas; - Assegurar uma oferta de estacionamento público adequado aos usos previstos; - Compatibilização de usos de solo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Zonamento funcional - Parametriação urbanística - Evolução (ha e %) da área de uso específico do solo urbano (classes de espaço) 	<ul style="list-style-type: none"> - DGOTDU - AUTARQUIA (PDM) - Planos e Programas com inter-relações fortes na área do PP; - BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

FCD: ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO
ACESSIBILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Reformulação do sistema viário; - Assegurar a oferta adequada de estacionamento aos usos e funções previstas na área do PP; - Estruturação da rede local (eixos estruturantes e arruamentos); - Articulação com a rede viária fundamental (Circular Interna, IP6, A23 etc) 	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa de estacionamento previsto; - Extensão de novas vias criadas; - Qualidade de circulação permitida; - Nível de serviço e sinalização 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de Acessibilidades para o PP - PDM
MOBILIDADE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de criação de novas formas de mobilidade ; - Ordenamento do estacionamento automóvel - Fomento do conceito de interface (rodo-ferroviário) - Garantir condições de acessibilidade a cidadãos e promover a mobilidade sustentável; - Ligações pedonais a partir dos pontos de acesso à rede pública de transportes (inter-faces rodo-ferroviários); - Solucionar a ligação entre a Av. Nuno Alvares e a Via Circular Interna 	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa de estacionamento público, (nº de lugares); - Acessibilidade a transportes públicos (pontos de paragem); - Nº de passagens/percursos pedonais 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Pormenor

7. MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DE BASE ESTRATÉGICA

A Directiva 2001/42/CE reconhece a importância de garantir o controlo dos efeitos ambientais da execução de planos e programas. Nesta orientação, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, as entidades responsáveis pela elaboração de planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas

previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados do controlo.

A monitorização e avaliação, estratégica e operacional, do desempenho ambiental e de sustentabilidade associado à execução no território do PPZEEFCB são fundamentais, atendendo à natureza das suas orientações gerais e específicas e que são objecto do exercício de AAE, em ordenamento do território, incremento de serviços e requalificação urbana, para o município de Castelo Branco.

Pretende-se que o Sistema de Gestão e de Monitorização do PP em análise constitua, no âmbito municipal, a plataforma de interlocução com os vários agentes públicos em matérias de ordenamento do território e de urbanismo, contribuindo, por esta via, a da *Governança*, para uma adequada coerência dos vários âmbitos territoriais do sistema municipal de gestão territorial, essencialmente em conformidade com o PDM, Plano Estratégico e Agenda 21 de Castelo Branco.

O sistema de indicadores que se propõe para este caso específico, em sede de Relatório Ambiental (PARTE 1) permite aferir realizações (efectuadas no âmbito do PP e seu regulamento) e resultados que possam revelar de que forma essas realizações de planeamento do território se traduzem em resultados tendentes ao alcance dos objectivos de ordenamento e qualificação do tecido urbano da cidade pretendido pelo município, da aplicabilidade do presente PP. Os indicadores não têm de ser totalmente mensuráveis ao nível quantitativo, mas também, podem ser indicadores de situações a aferir qualitativamente e pela mesma forma registados.

Recomenda-se ainda, neste âmbito, a criação de uma equipa de acompanhamento operacional, na dependência do Presidente da C. M. de Castelo Branco ou do seu gabinete, reunindo nela uma equipa técnica especificamente qualificada em matéria de planeamento territorial, direccionada à aplicação, desenvolvimento e gestão da etapa de seguimento do PP, devendo ter a responsabilidade de elaboração do documento que fundamente o conjunto de ações de gestão, monitorização e seguimento da aplicabilidade do PP.

8. CONCLUSÕES

Com base na legislação em vigor, sobre a Avaliação Ambiental Estratégica, Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, o presente Relatório Ambiental, objectivou avaliar a conformidade estratégica do Plano de Pormenor da Zona Envolverte à Estação Ferroviária de Castelo Branco (PPZEEFCB) quer em termos de usos atribuídos aos espaços da zona de intervenção, quer ao nível dos seus efeitos ambientais e medidas de minimização ou potenciação desses mesmos efeitos, numa visão integrada com vista à preservação do ambiente, melhoria da qualidade de vida das populações e gestão dos usos do território e coesão social e urbana.

A compatibilização do PPZEEFCB com os programas e orientações estratégicas em termos de ordenamento e gestão do território, faz do próprio Plano em análise, um instrumento viável e de extrema importância na concretização de uma política efectiva e integrada de ordenamento do território e na adequada atribuição de funções e transformações do uso do solo para o município de Castelo Branco.

A coesão socio-territorial, enquanto factor de maior concretização urbana deste PP, verifica essencialmente, efeitos significativos positivos no ambiente envolvente, resultante da aplicação Plano, o que reforça o respeito pelo ordenamento do território, condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública e da paisagem.

A convergência para o reforço das relações concelhias a nível económico e social, incorre em efeitos positivos no território municipal de Castelo Branco, contribuindo simultaneamente para a criação de a consolidação de novas polaridades na cidade, qualificação do espaço público, para a equidade territorial, na qual se destaca, no âmbito do presente PP, a integração, no programa urbanístico, as estruturas viárias já existentes e os elementos de património natural envolventes (barrocal e Quinta da Carapalha).

Efectivamente, a adequabilidade do modelo de ordenamento proposto com a disciplina do PDM de Castelo Branco em revisão e as disposições que se pretendem alterar estão devidamente fundamentadas e expressas nos Termos de Referência respectivos emitidos pela C. M. de Castelo Branco, em estreita conformidade com principais eixos programáticos do PROT-Centro, para esta região.

O PP, em avaliação, tem em conta as propostas do Plano de Urbanização de Castelo Branco, que o integra, e pretende ser um instrumento de concertação e de detalhe de todas as iniciativas de transformação física e predial que convergem sobre o seu território. Definindo o desenho urbano e as regras de gestão urbanística mais adequadas, o PP constitui-se com a base para a realização dos projectos de execução das redes de infraestruturas, de arquitectura e dos espaços públicos, em conformidade.

Neste âmbito, a concretização do PPZEEFCB, assegura por um lado, a viabilização de um adequado instrumento de ordenamento do território eficaz e regulamentado em conformidade com os *eixos prioritários* patentes nos principais planos de ordenamento de hierarquia superior, reflectindo-os e, por outro lado, integrando importantes acções de integração e requalificação urbana, ambiental e paisagística e cultural, sendo estes aspectos uma mais-valia assumida pelo promotor.

Lisboa, Setembro de 2017

RSS, Engenharia